



Centro Social de Peraboa

Relatório de Atividades e Contas 2022

Tourei
con heuimento e li:
Secretario Anestacio
Presidente Tourei con heuimento e li:
da mesa:

Índice

Mensagem da Direção.....	2
Introdução.....	3
Informações Operacionais.....	5
Informação Financeiras e Contabilística	14

Mensagem da Direção

No cumprimento dos Estatutos, nomeadamente o art 45, alínea b), vem a Direção do Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa prestar contas aos seus associados do Programa de ação e Orçamento do ano que findou.

Antes de mais queremos agradecer a presença de todos vós que trocastes outras atividades e compromissos para estardes aqui a inteirar-vos da vida do nosso Centro Social.

Vimos apresentar-vos as contas do ano que findou. Desse assunto irá falar a nossa incansável tesoureira Carina Rocha.

Chegámos ao fim do nosso mandato.

Foi um ano difícil, como todos os anteriores:

- foi a pandemia,
- foi a guerra,
- foi a inflação.

Olhamos para trás para enquadrar e ajudar a compreender o que se vai dizer.

A nível económico todos sentimos quanto as coisas mudaram:

- o gasto dos combustíveis;
- a energia;
- os produtos alimentares;
- os produtos de higiene;
- os salários.

Enfrentámos as dificuldades, ultrapassámo-las.

Com o envolvimento dos nossos colaboradores, com a incansável presença da nossa equipa técnica, com os sócios que discretamente se fazem presentes, com todos os que silenciosamente nos ajudam e não referimos o nome, mas não queremos nem podemos esquecer, estamos aqui hoje.

Procuramos e conseguimos dar aos nossos utentes melhor qualidade de vida. Consegue-se perceber que estão felizes, apesar das limitações e debilidades de cada um que a idade não perdoa.

É com trabalho de equipa, é também com a colaboração de todos vós que isto se consegue.

Muito obrigada a todos, uma vez mais.

Peraboa, 29/03/2022

A Direção do Centro Social do Divino Espírito Santo

Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Atividades e Contas de 2022 do Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa, procedimento anual e obrigatório nos termos estatutários.

A elaboração é da responsabilidade da Direção, com a estreita colaboração da Diretora Técnica, responsável Administrativa/Animadora e do Contabilista Certificado.

Tem como principal objetivo a demonstração das atividades realizadas, a nível operacional e financeiro, aprovadas no Programa de Ação e Orçamento para o ano em análise.

O conteúdo deste documento é subdividido em duas partes:

- 1) Informação operacional - explanando as atividades desenvolvidas na instituição durante o ano, destacando os principais aspetos exigidos designadamente: associados, acordos/valências, clientes, recursos humanos, formação, parcerias, candidaturas, donativos, atividades socioculturais, entre outros;
- 2) Informação Financeira e contabilística - constituída pelas demonstrações financeiras exigidas por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

A redação final foi submetida a aprovação da Direção, ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer, e posterior apresentação e aprovação da Assembleia Geral perante os associados.

Informações Operacionais

Associados

Os associados, como uma fonte de financiamento interna, são alvo de preocupação por parte da Direção, ambicionando que se estendam de forma cada vez mais significativa. Em 2022 verifica-se uma diminuição do número de associados, justificada pelo elevado número de falecimentos. A entidade comporta, no ano de 2022, um total de 275 associados.

Clientes

A Instituição, ao longo do ano de 2022 teve uma média de 51 clientes, repartidos do seguinte modo: 30 em ERPI, 14 em SAD e 7 em Centro de Dia.

Acordos com o Instituto de Segurança Social

Dada a sua natureza social, o CSDES não consegue gerar fundos (de forma autónoma) para desenrolar as suas atividades, recorrendo a fontes externas que assumem, principalmente, a forma de acordos de cooperação (comparticipações) provenientes do Instituto da Segurança Social.

Manteve-se, no decorrer do ano em análise, os acordos de cooperação, celebrados para as respostas sociais, designadamente:

Serviço de Apoio Domiciliário - acordo para 28 clientes, sendo esta a capacidade máxima da resposta social;

Centro de Dia – acordo para 14 clientes, sendo a capacidade máxima de 20 clientes.

ERPI – acordo para 18 clientes, sendo a capacidade máxima de 23 cliente.

Em outubro de 2020, submeteu-se uma candidatura ao PROCOOP -Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais, para Revisão do Acordo de Cooperação para a valência de ERPI, tendo como objetivo aumentar o acordo de 18 para 23 clientes

Acompanhamento Técnico pela CDSS

Em 2022 e no âmbito dos processos sociais, o CSDES foi objeto de visitas de acompanhamento técnico, seguindo as orientações e diretrizes emanadas.

Candidaturas

No decorrer do ano de 2022, a Direção implementou a candidatura ao programa +CO3SO Emprego – Empreendedorismo social (GAL), tendo o seu início em julho de 2021.

Em outubro de 2021, submeteu uma Candidatura à Medida Investimentos RE-C03-I01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais. TO 1.1 Mobilidade Verde - Aquisição de Viaturas Elétricas para SAD, tendo a mesma sido aprovada. Encontra-se em fase de adjudicação.

Em março de 2022, submeteu uma candidatura aos Prémios Caixa Social, tendo como objetivo geral promover a saúde mental, a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos, através da criação de uma Sala Snoezelen e de um Ginásio Cerebral. A candidatura aprovada permitiu a criação destas duas infraestruturas.



Em março de 2022, submeteu e viu aprovada uma candidatura ao Programa Nacional de Desporto para Todos – PNDpT 2022 - 1ª Fase – Clubes e Associações Desportivas do IPDJ - Instituto Português Desporto e Juventude. O projeto “Movimento é Saúde” tem como objetivos realizar ações de atividade física e desporto, contribuindo para o bem-estar psicológico e físico, criando hábitos de vida saudáveis promovendo a interação e integração na comunidade.



Consolidação de um Ginásio de Fisioterapia

Criação de um serviço novo de saúde, fisioterapia, direcionado numa 1ª fase para os clientes da ERPI e numa 2ª fase para os clientes de Centro de Dia e funcionários.

Os objetivos estratégicos da instituição com o desenvolvimento deste ginásio são: •Diversificar os serviços de saúde prestados aos utentes; Melhoria da qualidade de vida das populações;

Pretende-se neste âmbito inovar no modelo de funcionamento do Centro Social.



Programas e Projetos do IEFP

O recurso a programas do IEFP tem merecido por parte da instituição uma atenção especial, indo ao encontro das necessidades pontuais da Instituição e possibilitando concomitantemente a reintegração no mercado de trabalho de população desempregada. No decorrer do ano de 2023 foi submetida e aprovada 1 candidatura à Medida de Apoio de Reforço de Emergência em Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS) permitindo a integração de dois beneficiários e 1 candidatura à Medida Compromisso Sustentável.

Redes, Parcerias e Cooperação

Ao longo do ano, a instituição reforçou a cooperação institucional, de forma a potenciar recursos e sinergias.

Destacamos os parceiros mais relevantes: Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal da Covilhã; Junta de Freguesia de Peraboa e Castanheira; Centro Hospitalar da Cova da Beira, Centro de Saúde de Peraboa e Centro de Saúde da Covilhã; Associação Sagrado Coração de Maria do Ferro e outras IPSS do Concelho.

Iniciaram-se os procedimentos inerentes à formalização de novas parcerias: Universidade da Beira Interior, Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Núcleo de estudantes de Medicina, Núcleo de estudantes de Ciências Farmacêuticas, NetGNA Lab do Instituto de Telecomunicações do Departamento de Informática da Universidade da Beira Interior.

Promoção e Imagem da Instituição

Em 2022, continuou-se a desenvolver a página da Internet da Instituição <https://csocial-peraboa.pt/> com o intuito de se dar a conhecer a Instituição e disponibilizar documentação útil, para os sócios e comunidade em geral. Considerou-se outra forma de dar a conhecer a Instituição através da Rede Social Facebook em: <https://www.facebook.com/Centro-Social-do-Divino-Esp%C3%ADrito-Santo-Peraboa-217168972192821>, apresentando a toda a comunidade as atividades que se desenvolvem na Instituição.

Considera-se, que a Internet é um meio de comunicação muito poderoso e relativamente económico, não só para se dar a conhecer a atuação da Instituição, mas também é um meio para se captar apoios da sociedade civil, sejam eles em espécies, géneros ou em trabalhos de outra natureza.

Recursos Humanos

A Instituição promoveu a gestão eficiente dos Recursos Humanos, potenciando o alinhamento das suas práticas com os objetivos institucionais.

Ao longo do ano de 2022, foram sentidas, mas ultrapassadas algumas dificuldades a nível operacional, motivadas por baixas médicas, medidas de apoio à família, por orientações legais e exigências externas.

Estas dificuldades foram colmatadas com as candidaturas realizadas à Medida MAREESS e à Medida Compromisso

Sustentável, que permitiram assegurar a eficácia e a qualidade na prestação dos serviços aos nossos clientes. Atendendo a estes fatores, ao longo do ano de 2022 laboraram em média na Instituição 28 trabalhadores com vínculos laborais e 2 trabalhadores ao abrigo da Medida MAREESS.

Formação

A formação é um elemento essencial para uma melhor e eficaz prática profissional. Assim, no ano de 2022, a maior parte das horas de formação foram realizadas no sistema de e-learning e presencial, abordando-se temáticas diversas: Cuidados Básicos de Saúde, Férias, Faltas e Feriados e Trabalho por turnos; Preparar o Relatório Único; Modalidades da Contratação e Cessação do Contrato de Trabalho na IPSS; Comparticipação das Mensalidades nas Respostas Sociais na IPSS entre outras.

A aprendizagem é um processo contínuo que envolve estratégias sobre as capacidades e habilidades existentes. Iniciou-se em 2022, o reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) das funcionárias dos seguintes setores:

- Cozinha. Área de Educação e Formação- Hotelaria e Restauração; Saída Profissional: Cozinheiro/a N2.



- ERPI, Centro de Dia e SAD. Área de Educação e Formação: Trabalho Social e Orientação. Saída Profissional: Agente em Geriatria.



Higiene e Segurança no Trabalho

A Interprev assegurou a prestação de serviços nas áreas da Segurança e Saúde do Trabalho, Segurança Alimentar e Formação, visando a prevenção de riscos e promovendo a saúde. Foram efetuadas visitas de acompanhamento técnico, no sentido de assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, através da prevenção, reduzindo e controlando riscos profissionais.

Consignação IRS

Através da Campanha de apoio à Consignação de 0,5% do IRS, no decorrer do ano 2022 recebemos a importância de 2.792,92 €.

Donativo

Verificou-se um aumento de donativos em géneros, principalmente, ao nível alimentar e ajudas técnicas.

Atividades de Animação Sócio Cultural

O Plano de Atividades Anual de 2022, foi reajustado face à situação pandémica atual. As atividades em parceria, de interação com os

idosos das diferentes respostas sociais, de saídas ao exterior, foram reconfiguradas e adaptadas.

De forma, a garantir a animação aos idosos de Centro de Dia, que se encontram no domicílio desde o início da pandemia, sempre que possível, foram desenvolvidas atividades no domicílio dos mesmos.

No que concerne ao cumprimento do Plano de Atividades, constata-se que a maioria das atividades planeadas foram realizadas.

Atendendo à avaliação das atividades de acordo com os indicadores: interesse, estado de humor, concentração, divertimento e interação grupal, verificou-se que a avaliação que assume maior expressão é “Bom”. Destacam-se com maior adesão e interesse as atividades de cariz religioso. Foram, ainda, executadas outras atividades que não estavam previstas no plano, porém foram resultado de oportunidades internas e externas que a equipa técnica e a direção entenderam pertinentes para os idosos.

No âmbito das atividades de animação foi elaborado um Relatório das Atividades

que evidencia em pormenor as atividades dinamizadas, objetivos, recursos, média dos participantes entre outros.)

Animação de idosos, em específico, define-se, de uma forma geral, na maneira de atuar em todos os campos do desenvolvimento da qualidade de vida dos mais velhos, um estímulo da vida mental, física e afetiva da pessoa idosa. A animação não é apenas um momento, mas sim um trabalho diário que perdura, pois, a animação incide ao nível psicológico, físico e social e é de vital importância proporcionar uma qualidade de vida aos idosos, preservando a autonomia, autoeficácia e autoestima

Informação Financeira e Contabilística

BALANÇO EM 31/12/2022

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos Financeiros	7	3.713,18	2.645,89
Ativos fixos tangíveis	8	893.923,17	891.284,29
Sub-Total		897.636,35	893.930,18
Ativo corrente			
Inventários	9	5.057,95	3.990,69
Créditos a receber	10	1.845,02	265,05
Estado e outros entes públicos	11	5.966,44	2.298,55
Diferimentos	12	585,41	576,61
Outros ativos correntes	13	64.446,08	20.912,74
Caixa e depósitos bancários	14	183.173,58	219.740,95
Sub-Total		261.074,48	247.784,59
Total do ativo		1.158.710,83	1.141.714,77
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	114.658,51	114.658,51
Resultados transitados	15	128.486,23	117.846,13
Outras variações do fundo patrimonial	15	378.182,43	366.384,53
Sub-Total		621.327,17	598.889,17
Resultado líquido do período	15	15.566,64	11.897,55
Total do fundo patrimonial		636.893,81	610.786,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	246.758,37	265.917,40
Outros passivos não correntes	19	87.169,50	93.114,50
Sub-Total		333.927,87	359.031,90
Passivo corrente			
Fornecedores	17	16.207,50	17.028,30
Estado e outros entes públicos	18	19.316,45	18.792,92
Financiamentos obtidos	16	19.981,24	22.398,52
Diferimentos		13.113,71	
Outros passivos correntes	19	119.270,25	113.676,41
Sub-Total		187.889,15	171.896,15
Total do passivo		521.817,02	530.928,05
Total do fundo social e do passivo		1.158.710,83	1.141.714,77

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	20	373.406,79	349.200,67
Subsídios, doações e legados à exploração	21	300.592,99	252.253,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-84.652,55	-72.251,22
Fornecimentos e serviços externos	22	-136.155,28	-125.813,26
Gastos com o pessoal	23	-402.515,14	-347.020,26
Outros rendimentos	24	17.116,78	15.553,51
Outros gastos	25	-1.799,21	-264,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		65.994,38	71.657,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-37739,73	-47.941,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28.254,65	23.716,68
Juros e gastos similares suportados	27	-12.688,01	-11.819,13
Resultado antes de impostos		15.566,64	11.897,55
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	15	15.566,64	11.897,55

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2022	31-12-2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		370.787,44	354.582,48
Recebimentos de subsídios, doações e legados à exploração		285.367,63	241.900,92
Pagamentos a fornecedores		-233.543,96	-211.077,39
Pagamentos ao pessoal		-326.275,82	-269.126,00
Caixa gerada pelas operações		96.335,29	116.280,01
Outros recebimentos / pagamentos		-55.137,43	-8.615,88
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		41.197,86	107.664,13
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Ativos fixos tangíveis		-42.513,72	
Investimentos financeiros		-1.647,72	
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Investimentos financeiros		593,90	
Juros e rendimentos similares		66,63	77,41
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-43.500,91	77,41
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamentos obtidos		-21.576,31	-20.129,08
Juros e gastos similares		-12.688,01	-11.810,05
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-34.264,32	-31.939,13
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-36.567,37	75.802,41
<hr/>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	219.740,95	143.938,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	183.173,58	219.740,95

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2022**

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2021	1	114.658,51	117.846,13	366.384,53	11.897,55	610.786,72
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2021	15		11.897,55		-11.897,55	
Outras variações 2022	15		-1.257,45			
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15			25.000,00		25.000,00
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	15			-13.202,10		-13.202,10
Sub - total	2		10.640,10	11.797,90	-11.897,55	11.797,90
Resultado líquido do período	3				15.566,64	15.566,64
Posição no fim do período de 2022	4=1+2+3	114.658,51	128.486,23	378.182,43	15.566,64	636.893,81

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2021**

Descrição	Notas	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2020	1	114.658,51	60.917,66	379.586,63	60.741,21	603.715,30
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2020	15		60.741,21		-60.741,21	
Outras variações 2021	15		-3.812,74			
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15					
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	15			-13.202,10		-13.202,10
Sub - total	2		56.928,47	-13.202,10	-60.741,21	-13.202,10
Resultado líquido do período de 2021	3				11.897,55	11.897,55
Posição no fim do período de 2021	4=1+2+3	114.658,51	117.846,13	366.384,53	11.897,55	610.786,72

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS**

Rendimentos e Gastos	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Lar	Períodos	
				31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	37.750,72	18.746,27	316.909,80	373.406,79	349.200,67
Subsídios, doações e legados à exploração	103.227,21	25.500,99	171.864,79	300.592,99	252.253,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13.957,50	-10.284,30	-60.410,75	-84.652,55	-72.251,22
Fornecimentos e serviços externos	-13.561,46	-18.774,06	-103.819,76	-136.155,28	-125.813,26
Gastos com o pessoal	-95.335,00	-36.725,27	-270.454,87	-402.515,14	-347.020,26
Outros rendimentos	3.936,71	2.909,77	10.270,30	17.116,78	15.553,51
Outros gastos	-233,89	-287,87	-1.277,45	-1.799,21	-264,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21.826,79	-18.914,47	63.082,06	65.994,38	71.657,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-6.415,76	-4.766,67	-26.557,30	-37.739,73	-47.941,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	15.411,03	-23.681,14	36.524,76	28.254,65	23.716,68
Juros e gastos similares suportados	-1.649,47	-2.030,06	-9.008,48	-12.688,01	-11.819,13
Resultado antes de impostos	13.761,56	-25.711,20	27.516,28	15.566,64	11.897,55
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	13.761,56	-25.711,20	27.516,28	15.566,64	11.897,55

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa, NIF 502 603 658

Sede: Largo Sítio da Abilheira, s/n.º 6200-591 Covilhã

Natureza da atividade

O Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública., com o C.A.E. principal 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF .Foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*”.

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações

das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo

se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimos obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método do custo. De acordo com o método do custo, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função dos gastos incorridos anualmente, após a aquisição.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;

- (ii) Alterações na taxa de câmbio;
- (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.8. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto *“As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”*.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo nomeadamente, os relativos às modalidades de assistências medicamentosa, assistência médica e enfermagem e rendimentos prediais.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

4.2.10. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros

financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2022 e em 31/12/2021 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2022	31-12-2021
Caixa (*)	11	575,58	979,85
Depósitos à ordem	12	182.598,00	218.761,10
Total		183.173,58	219.740,95

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Relativamente aos anos anteriores a 2022 foram efetuados registos de devolução de mútuos aos utentes. Estes valores foram considerados indevidamente em anos anteriores como desconto na faturação dos serviços efetuada aos utentes. Constatámos esta inconformidade aquando da conciliação de valores das dívidas à data de 31/12/2022, atendendo que parte dos mútuos irão ser reembolsado aos mutuários. A situação reporta-se a períodos anteriores a 2018. Atendendo à impossibilidade de alterar as contas referentes a períodos anteriores somos de opinião que deveria ser efetuada uma correção relativamente aos valores descontados nas prestações de serviços. A solução na nossa opinião, que mereceu a concordância da Direção, foi proceder à transferência dos valores em causa para a conta de Resultados Transitados, corrigindo assim o valor que deveria ter sido considerado nos resultados até 31/12/2021 e simultaneamente disponibilizar a informação dos valores em dívida aos credores à mesma data. Neste sentido, criou-se um quadro de reclassificação dos valores apresentados nas Demonstrações Financeiras de 2021, permitindo assim a comparabilidade entre os exercícios.

Os valores em causa encontram-se refletidos no quadro que se segue:

Descrição	Balanço do exercício findo em 31/12/2021	Ajustamento aos comparativos	Balanço do exercício findo em 31/12/2021 (comparativo 2022)
Empréstimos por contrato mútuo	105.303,21	-12.188,71	93.114,50
Resultados transitados	105.657,42	12.188,71	117.846,13
Total	210.960,63	0,00	210.960,63

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DO CUSTO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 o valor registado na rubrica “Participações financeiras”, correspondia à rubrica de “Fundos de compensação do trabalho” no valor de 3.713,18 euros e 2.645,89 euros, respetivamente

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2022					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	1.059.207,10	158.944,37	54.421,88	5.379,33	539,98	1.278.492,66
Aquisições	22.607,57				17.771,04	40.378,61
Saldo final	1.081.814,67	158.944,37	54.421,88	5.379,33	18.311,02	1.318.871,27
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	201.147,88	132.888,90	47.252,28	5.379,33	539,98	387.208,37
Depreciações exercício	18.050,19	14.130,97	3.584,80		1.973,77	37.739,73
Saldo final	219.198,07	147.019,87	50.837,08	5.379,33	2.513,75	424.948,10
Ativo líquido	862.616,60	11.924,50	3.584,80		15.797,27	893.923,17

Descrição	2021					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	1.059.207,10	158.944,37	54.421,88	5.379,33	1.257.011,95	2.534.964,63
Aquisições						
Saldo final	1.059.207,10	158.944,37	54.421,88	5.379,33	1.257.011,95	2.534.964,63
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	183.271,65	106.408,79	43.667,48	5.379,33	1.257.011,95	1.595.739,20
Transferências						
Depreciações exercício	17.876,23	26.480,11	3.584,80			47.941,14
Saldo final	201.147,88	132.888,90	47.252,28	5.379,33	1.257.011,95	1.643.680,34
Ativo líquido	858.059,22	26.055,47	7.169,60			891.284,29

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

9 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhado como se segue:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Saldo inicial	3.990,69	2.224,58
Compras	85.719,81	74.017,33
Saldo final	5.057,95	3.990,69
Gasto no exercício	84.652,55	72.251,22

10 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica “créditos a receber” correspondia aos saldos a receber de utentes no valor de 1.845,02 euros e 265,05 euros, respetivamente.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 os saldos na rubrica “Estado e outros entes públicos” no montante de 5.966,44 euros e 2.298,55 euros, respetivamente, correspondia ao valor a receber respeitante a restituição de 50% do IVA pago na aquisição de géneros alimentares, bens de investimento e serviços de construção.

12 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 na rubrica “Diferimentos” os valores 585,41 e de 576,61 euros correspondiam aos gastos com seguros liquidados nestes anos respetivamente, mas que correspondem a gastos a considerar nos anos seguintes.

13 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021, a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Acréscimos de rendimentos - Mensalidades	19.572,74	17.429,87
Camara Municipal da Covilhã	5.937,34	1.666,63
Portugal 2020-Proj.Centro 05-4740-FSE-001594	31.436,00	
Medicamentos		1.816,24
CRSS Subsidio Aquisição Viatura Eletrica	7.500,00	
Total	64.446,08	20.912,74

14 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “outros ativos correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	575,58	979,85
Depósitos à ordem	182.598,00	218.761,10
Total	183.173,58	219.740,95

15 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Fundo Patrimonial	114.658,51	114.658,51
Resultados transitados	128.486,23	117.846,13
Outras variações capital próprio	378.182,43	366.384,53
Resultado líquido do período	15.566,64	11.897,55
Total	636.893,81	610.786,72

16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte decomposição

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Novo Banco	266.739,61	288.315,92
Total	266.739,61	288.315,92

Os pagamentos dos financiamentos obtidos são detalhados como se segue:

Instituições de crédito	Corrente	Não corrente	Total
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770085270	16.741,82	205.079,63	221.821,45
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770091024	3.239,42	41.678,74	44.918,16
Total	19.981,24	246.758,37	266.739,61

Instituições de crédito	2024	2025	2026	Seguintes
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770085270	20.259,43	20.976,86	21.722,93	142.120,41
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770091024	3.763,72	3.897,61	4.036,23	29.981,18
Total	24.023,15	24.874,47	25.759,16	172.101,59

17 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores c/c	16.207,50	17.028,30
Total	16.207,50	17.028,30

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Retenção impostos sobre o rendimento	2.193,05	1.550,10
Contribuições para a segurança social	16.973,37	17.060,46
FCT/FGCT	150,03	182,36
Total	19.316,45	18.792,92

19 OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Outros passivos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Pessoal		2.762,55
Cauções Utentes	10.523,81	6.953,81
Fornecedores de investimento c/ corrente	17.969,92	17.969,92
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	58.261,31	53.547,83
Credores por acréscimo de gastos - outros	31.289,34	32.442,30
Outros Devedores e Credores	1.225,87	
Total	119.270,25	113.676,41

20 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2022	2021	
Vendas	15.022,69	14.204,59	
Materiais de consumo	15.022,69	14.204,59	5,76%
Prestação de serviços	358.384,10	334.996,08	
Quotas dos utilizadores	355.755,38	332.680,08	6,94%
Quotizações	2.628,72	2.316,00	13,50%
Total	373.406,79	349.200,67	6,93%

O valor registado na rúbrica de “Vendas – Materiais de consumo” respeita à dispensa aos utentes de produtos de incontinência, higiene pessoal e consumíveis de enfermagem. Nos exercícios anteriores foram registados na rúbrica de “Serviços secundários”.

21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2022	2021	
I.S.S. - I.P. - Acordos cooperação	204.848,51	197.014,91	3,98%
Medidas excecionais de apoio à família		465,96	
Adaptar Social +		874,00	
Autarquia - Município da Covilhã	5.937,34	9.379,94	-36,70%
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	20.871,16	40.459,16	-48,41%
IAPMEI-Retribuição Mínima Mensal Garantida	1.512,00	929,50	62,67%
IPDJ-Instituto Português do Desporto e Juventude	4.500,00		
Portugal 2020	36.983,52		
Doações	25.940,46	3.129,55	728,89%
Total	300.592,99	252.253,02	19,16%

O valor registado na rúbrica “IEFP” corresponde aos valores recebidos do Instituto de Emprego e Formação Profissional relativos a Estágios Profissionais e, principalmente, a colaboradores ao serviço da Instituição ao abrigo de processos MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde.

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2022	2021	
Trabalhos especializados	20.356,80	10.035,05	102,86%
Vigilância e segurança		378,23	
Honorários	22.944,83	23.718,22	-3,26%
Conservação e reparação	9.463,83	9.908,76	-4,49%
Serviços bancários	199,59	78,00	155,88%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	6.667,62	9.321,33	-28,47%
Material escritório	1.358,54	701,46	93,67%
Artigos para oferta	254,53		
Produtos p/higiene pessoal de utentes	9.049,02	16.844,17	-46,28%
Outros materiais p/atividades das valências		453,31	
Eletricidade	18.517,99	13.623,24	35,93%
Combustíveis	3.254,17	8.548,24	-61,93%
Água	11.278,95	10.897,80	3,50%
Gás	10.419,76	3.371,95	209,01%
Deslocações e estadas	51,47	104,86	-50,92%
Comunicação	1.312,88	3.801,73	-65,47%
Seguros	1.867,48	1.202,94	55,24%
Contencioso e notariado	11,37		
Limpeza, higiene e conforto	19.128,95	12.542,98	52,51%
Outros serviços	17,50	280,99	-93,77%
Total	136.155,28	125.813,26	8,22%

23 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2022	2021	
Remunerações do pessoal	321.289,26	280.447,86	14,56%
Indemnizações	6.964,81	2.564,21	171,62%
Encargos sobre remunerações	70.326,14	57.604,68	22,08%
Seguros acidentes trabalho	2.425,29	3.849,74	-37,00%
Outros gastos com o pessoal	1.509,64	2.553,77	-40,89%
Total	402.515,14	347.020,26	15,99%
Número médio de funcionários	34	32	6,25%

24 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021 a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2022	2021	
Consignação de IRS	2.792,92	2.244,70	24,42%
Desconto P.P.obtidos		0,02	
Obrigações Impostas	950,00		
Imputações de subsídios ao investimento	13.202,10	13.202,10	
Outros não especificados	105,13	29,28	259,05%
Juros de depósitos	66,63	77,41	-13,93%
Total	17.116,78	15.553,51	10,05%

25 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2022	2021	
Impostos	1.691,01	264,64	538,99%
Outros não especificados	108,20		
Total	1.799,21	264,64	579,87%

26 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	2022	2021	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	37.739,73	47.941,14	-21,28%
Total	37.739,73	47.941,14	-21,28%

27 GASTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, a rubrica "Gastos de financiamento" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2022	2021	
Juros suportados com financiamentos obtidos	11.873,24	10.957,65	8,36%
Outros gastos e perdas de financiamento	814,77	861,48	-5,42%
Total	12.688,01	11.819,13	7,35%

28 VALOR DO CUSTO MÉDIO POR UTENTE

Descrição	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	LAR
Total de encargos	129.503,61	70.838,17	462.520,13
Número médio de utentes	17	5	30
Custo anual por utente	7.617,86	14.167,63	15.417,34
Custo médio mensal por utente em 2022	634,82	1.180,64	1.284,78

29 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

30 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

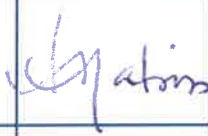

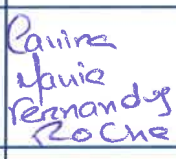
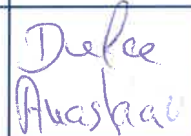
A manutenção da Guerra na Ucrânia tem tido um efeito negativo a nível mundial, resultando num aumento anormal dos preços de muitas matérias primas e outros materiais. O mundo depara-se com uma guerra que irá certamente fazer antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2023. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos, e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

No entanto e tendo em conta a atividade a desenvolver em 2023, é expetativa da direção que os impactos terão efeitos muito significativos. No entanto, dada a incerteza, a direção não está em condições de fornecer informação económica e financeira exata, sobre o impacto nos gastos da Instituição.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe ainda muito incerteza sobre o futuro desenvolvimento da situação. Nesta data a Direção informa que não existem indicadores de que as atividades da instituição venham a ser interrompidas, e por isso, entendemos que não está em causa a continuidade da Instituição.

31 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIRECÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em 2023/03/18.

Contabilista certificado	Presidente	Vice Presidente	Tesoureiro	Secretário	Vogal
					
José Damasceno	Ana Maria Matias	Maria Stela Santos Gamboa	Carina Maria Fernandes Rocha	Maria Dulce Justina Fonseca	Maria José Rodrigues Curto